

## O SOFRIMENTO NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA A PARTIR DO MOVIMENTO INSTITUCIONALISTA

### SUFFERING IN THE EXERCISE OF TEACHING FROM THE INSTITUTIONALIST MOVEMENT

<sup>1</sup>SANTOS, A. O.; <sup>2</sup>SILVEIRA, N. G.

<sup>1e2</sup>Discentes do Curso de Psicologia - UNIFIO

#### RESUMO

O movimento institucionalista é composto pelas vertentes instituídas e instituintes. A instituinte tem como objetivo desencadear rupturas dos modos rígidos das experiências institucionais, proporcionando a autonomia em contrapartida com a alienação dos docentes. Enquanto a instituída é o resultado da instituinte fixada, isto é, o modelo institucional padronizado vigente. Destarte, ambas são de suma importância para se entender a relação sofrimento/prazer existente no exercício da docência, que pode manifestar-se de diversas formas, evidenciando, a partir das situações geradoras, os conflitos existentes em instituições universitárias. Tendo em vista que as vertentes do movimento institucionalista são fundamentais para organização das instituições na atualidade, neste trabalho de revisão bibliográfica evitamos abordá-las de modo maniqueísta, objetivando assim promover uma conscientização e reflexão sobre o saber docente e seu exercício, já que nem todas as demandas podem ser atenuadas, eliminadas ou previstas.

**Palavras-chave:** Sofrimento; Docentes Universitários; Movimento Institucionalista; Instituinte; Instituída.

#### ABSTRACT

The institutionalist movement is composed by the instituted and instituting strands. The instituting standard aims to trigger ruptures in the rigid modes of institutional experiences, providing autonomy in exchange of the alienation of teachers. While the instituted standard is the result of the established instituting one, which is the current standardized institutional model. However, both are extremely important to understand the suffering/pleasure relationship existing in teaching, which can manifest itself in different ways. Evidencing, from the generating situations, the conflicts existing in Universities. Keeping in mind that the strands of the institutionalist movement are fundamental for the organization of institutions today, in this work of bibliographic review we avoid approaching them in a Manichean way, aiming to promote awareness and reflection on teaching knowledge and its exercise, since not all demands can be mitigated, eliminated or forecasted.

**Keywords:** Suffering; University Teachers; Institutional Movement; Instituting; Instituted.

#### INTRODUÇÃO

O movimento institucionalista representa uma série de teorias e práticas fundamentadas na autogestão e na autoanálise onde em todas as suas correntes, busca evadir-se da lógica identitária. Em outras palavras, tem-se como objetivo desencadear rupturas dos modos rígidos das experiências institucionais, proporcionando a autonomia em contrapartida à alienação dos docentes. É de suma importância revisar alguns conceitos e definições para que se possa compreender o fenômeno a ser estudado.

Segundo Baremlitt (1992), instituições são instâncias que permitem organizar as relações sociais e demarcar limites de acordo com seu grau de formalização, podendo ser em leis/normas (formais) ou em costumes (informais). Ademais, para cumprir essa função de regular a vida e comportamento humano, as instituições materializam-se por meio das organizações. A função das organizações é concretizar as opções estabelecidas, distribuindo-as e anunciando-as.

As instituições são compostas por duas vertentes de suma importância, sendo a instituinte e a instituída. As instituintes consistem na força de transformações de uma instituição, seja para modificá-la ou para fundar uma nova (se ainda não existe). É a força produtora de todo movimento institucional. Já a instituída é o efeito da instituinte, isto é, o momento inicial da produção.

Enquanto a vertente instituinte aparece com uma característica dinâmica e não previsível, a vertente instituída aparece como o resultado e é caracteristicamente rígida, estabilizada e conjecturável. No entanto, não se pode fazer uma leitura maniqueísta separando os dois conceitos em bom ou ruim, dado que ambos estão estreitamente ligados. Se por um lado é necessário que o instituinte esteja constantemente aberto para abarcar as necessidades existentes na sociedade garantindo a efetividade do instituído; por outro, é através do instituído que o processo instituinte se manifesta.

No entanto, o equilíbrio entre as duas vertentes nem sempre é real. Quando há uma prevalência do instituído, as instituições e suas organizações retiram a autonomia dos processos de subjetivação do indivíduo, impondo diretamente seu próprio modelo generalizado por meio da centralidade do poder, do conhecimento, do dinheiro, da disseminação do sentimento de culpa nos docentes, entre outros diversos instrumentos.

Ao passo que as forças instituintes despontam, tem-se a possibilidade de o docente realizar uma autoanálise que produza os seus próprios arranjos subjetivos de forma livre. Logo, quando a estrutura institucional põe-se a favor não da liberdade, mas da reprodução e dos privilégios, ela não apenas se perde do propósito pela qual existe como também dissemina a alienação e a escravidão. Isto é, a imposição unilateral das instituições pode sacrificar a própria necessidade de ser comunitária.

Não se pode pensar no movimento instituinte apenas como consequência do instituído, dado que ele abrange desde o poder de exercer a singularidade até o poder da produção de novos sentidos. Essa dialética existente garante que a instituição tenha uma característica inacabada, sempre podendo haver possíveis transformações.

De acordo com Baremlitt (1992), o movimento instituinte é semelhante à metáfora do *iceberg* proposto por Sigmund Freud, ao passo que vive encoberto, faz-se presente em todas as instituições com seu poder catalisador de transformação. Só podemos observar a ponta, no entanto, ela tem uma grande energia potente, que é desconhecida. Nas instituições educacionais, tem-se a presença hegemônica do instituído e um ataque ao instituinte, o que acarreta silêncios impostos dado que a figura de autoridade vigente que determina as condições e os parâmetros.

Os instituintes são gestores necessários e precisos para o desenvolvimento das organizações educacionais, tanto no sentido singular, quanto no sentido comunitário coletivo, ou seja, não se podem alcançar resultados sem que se faça presente à participação destes em sua forma dirigente, mas também autônoma e saudável. Neste sentido, viabilizar as propostas líquidas e conseqüentemente a qualidade de vida do instituinte na organização.

## **MATERIAL E MÉTODO**

Nesta pesquisa realizada foi utilizado como método a revisão bibliográfica. Dessa forma, foi recorrido a materiais já existentes (artigos e livros) referentes ao movimento institucionalista e, por sua vez, o sofrimento no exercício da docência universitária.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

De acordo com Andrade e Cardoso (2012) pode-se dizer que o trabalho tem o papel tanto de ocupação quanto de lazer. Desse modo, é fundamental para a construção da identidade do indivíduo, visto que possibilita não apenas uma integração social como também propicia a realização e a expressão de suas competências.

Por isso, o trabalho concede ao sujeito a oportunidade de repensar sobre sua relação com a sociedade a partir do modo como desempenha suas atividades. Entretanto, a inflexibilidade da vertente instituída pode abafar esse potencial reflexivo ao passo que ela promove em sua natureza uma alienação do trabalho (DEJOURS; 2004).

Quando se fala em alienação é de suma importância pensar no sistema capitalista vigente, visto que transforma o trabalho em mercadoria o que coloca em risco a dignidade e subjetividade do indivíduo. Assim, por mais que o trabalho seja fundamental para a humanização do ser humano, nem sempre ele coopera para tal (JILOU; 2013).

Há a necessidade, portanto, da adoção de estratégias que visem a prevenção, promoção e proteção não apenas de demandas objetivas, mas também de demandas subjetivas, dado que ambas podem afetar negativamente tanto a saúde do sujeito, quanto a realização da sua tarefa. Entretanto, segundo Ruiz (2012), nem todas as demandas podem ser antecipadas, controladas ou eliminadas.

Se nem todas as demandas podem ser atendidas, surge um questionamento: o que pode ser feito? É notório que dentro do movimento institucionalista, as vertentes instituídas e instituintes estão em constante conflito, dado que há uma luta entre o que já está posto e as transformações que podem ocorrer. Desse modo, a percepção da existência desse conflito possibilita que o docente entenda as relações ambivalentes do trabalho ao qual está submetido e então possa caminhar conscientemente para uma mudança (JILOU; 2013).

Para Sznelwar (2011) “o sofrimento no trabalho torna-se evidente quando não é mais possível transformá-lo em prazer através das realizações do sujeito, reconhecidas pelos outros como úteis e belas”. Em vista disso, dentro dessa dualidade prazer/sofrimento tem-se uma supervalorização do prazer, acarretando a alienação do sofrimento do sujeito, tanto para si mesmo, quanto para os outros.

Conforme Bendassolli (2011), o sofrimento do trabalho pode se manifestar em diversas dimensões, tais como:

Sofrimento do corpo físico; psíquico ou da subjetividade (estresse, transtornos mentais, burnout, etc); sofrimento no relacionamento entre os sujeitos (falta de

reconhecimento, enfraquecimento dos coletivos de trabalho, empobrecimento das relações afetivas, competição exacerbada, etc.); na perspectiva do sujeito moral (exclusão e invisibilidade social, etc.); e do ponto de vista do próprio trabalho (atividade impedida, perda do significado ou da função psicológica do trabalho; ausência de atividade). (JILLOU; 2013; P.196)

O sofrimento psíquico no trabalho mostra-se comum devido a laços e relações interpessoais evidentemente competitivas e nas dificuldades de reconhecimento no exercício da profissão, bem como às adversidades relacionadas à concretização de expectativas e ideais ético-políticos. Pois, grande parte dos docentes tem como propósito e sentido primordial do trabalho, contribuir para processos de transformação social (PINTO; 2015).

As condições de trabalho no exercício da docência evidenciam a fragilização e aceleração do trabalho que impulsionam a busca constante por objetivos e resultados que, em grande parte, distanciam-se da atribuição social transformadora (PINTO; 2015).

De acordo com Gonçalves e Pires (2015), as situações geradoras de prazer podem ser: gostar da docência, pois gera uma satisfação pessoal e profissional no sujeito ao passo que ele se identifica com a atividade que exerce e recebe um reconhecimento por meio de gratificações e valorizações dentro do ambiente de trabalho; relações satisfatórias entre docente e discente; e a visualização do produto do trabalho, isto é, perceber os resultados das intervenções que o docente realiza.

Todavia, as situações geradoras de sofrimento no exercício da docência podem ser: insuficiência da remuneração, visto que o salário contém significados concretos (sustentar a família e pagar as dívidas) e abstratos (realização de sonhos, fantasias e projetos), o que pode ocasionar um sentimento de injustiça em relação à desigualdade salarial; precariedade da infraestrutura seja na escassez de recursos materiais, na falta de apoio pedagógico e até mesmo no excesso de burocracia; e problemas nas relações interpessoais, no que se refere à falta de diálogo e a competitividade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do movimento institucionalista é possível observar o impacto entre as vertentes instituídas e instituintes dentro do contexto universitário, dado que suas consequências são passíveis de serem presenciadas por meio da relação de sofrimento e prazer no exercício da docência.

Além disso, é possível investigar situações específicas em que esse conflito ocorre, como por exemplo, insuficiência da remuneração, precariedade da infraestrutura e problemas nas relações interpessoais. Tais situações influenciam diretamente no sofrimento do docente, podendo desencadear a perda da motivação e da satisfação no exercício das suas atividades.

Dessa forma, a constatação dessas duas vertentes possibilita o entendimento das situações geradoras de sofrimento e prazer, e, por conseguinte, a conscientização de sua existência, ao passo que nem sempre são explícitas e facilmente identificadas. Isso porque o sofrimento pode se manifestar ou não de diversas formas como: o corpo físico, psíquico, relacionamento interpessoal e até mesmo no ponto de vista do trabalho.

É notório que não tem como atenuar, eliminar e prevenir todos os efeitos desse conflito entre as vertentes. No entanto, ter ciência deles possibilita que o docente não seja apenas vítima, mas torne-se um agente promotor de uma transformação social e institucional.

Portanto, um dos objetivos centrais é provocar a reflexão sobre o “adoecer” neste contexto e a “desnaturalização” das relações possivelmente opressoras que no exercício da docência comumente estão relacionadas a sujeição e longanimidade. Com isso, espera-se que os profissionais da área possam se conscientizar e repensar seus saberes e fazeres, tendo a possibilidade de ressignificar o espaço institucional e sua cultura, além da promoção de reflexões conjuntas e o desenvolvimento de um espaço único e híbrido de escuta e comunicação.

## REFERÊNCIAS

GONÇALVES, Ana Sofia Resque; PIRES, Denise Elvira. O trabalho de docentes universitários da saúde: situações geradoras de prazer e sofrimento. **Revista Enfermagem UERJ**, v. 23, n. 2, p. 266-271, 2015.

HOFFMANN, Celina et al. Prazer e sofrimento no trabalho docente: Brasil e Portugal. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 45, e187263, 2019.

JILOU, Vivian. Capitalismo flexível, trabalho precarizado e sofrimento psíquico de professores universitários. **Anais [...]** do Encontro de Pesquisa em Educação e Congresso Internacional de Trabalho Docente e Processos Educativos, v. 1, n. 1, 2013.

OLIVEIRA, Amanda da Silva Dias; PEREIRA, Maristela de Souza; LIMA, Luana Mundim de. Trabalho, produtivismo e adoecimento dos docentes nas universidades públicas brasileiras. **Psicol. Esc. Educ.**, Maringá, v. 21, n. 3, p. 609-619, dez. 2017.

PINTO, Eduardo et al. Adoecimento e sofrimento de professores universitários: dimensões afetivas e ético-políticas. **Psicologia: teoria e prática**, v. 17, n. 1, p. 61-71, 2015.

PINTO, Mayra; MIRANDA, Hercília Tavares de. **O sofrimento do professor: a insatisfação anunciada**. 2001. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

SZNELWAR, Laerte; UCHIDA, Seiji; LANCMAN, Selma. A subjetividade no trabalho em questão. *Revista de Sociologia da USP: Tempo Social*, v.23, n.1, p.11-30, 2011.